

## **Gênero e Sexualidade nos Anos Iniciais: caracterização e reflexão dos professores para o acolhimento da infância**

### **GENDER AND SEXUALITY IN THE EARLY YEARS: CHARACTERIZATION AND REFLECTION OF TEACHERS FOR CHILDHOOD CARE**

Maria Luísa Borges Lima<sup>1</sup>  
Mariana Vaitiekunas Pizarro<sup>2</sup>

#### **RESUMO:**

A educação para a sexualidade é ainda um tabu nos dias de hoje. Consideramos que discutir gênero e sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental propõe às crianças não só ensinamentos sobre seus próprios corpos, como se proteger de possíveis abusos sexuais ou higienizar-se corretamente, mas uma educação para o respeito, democrática, que tenha um olhar global sobre os sujeitos. O objetivo da presente pesquisa é caracterizar e analisar as compreensões de um grupo de professores dos anos iniciais de uma escola municipal sobre as discussões de sexualidade e gênero no acolhimento da infância, tendo em vista identificar quais são os possíveis fatores que influenciam ou não a discussão deste tema em sala de aula. A pesquisa, de caráter qualitativo, propôs um questionário semiestruturado enviado a uma escola localizada na região sul do município de Londrina/PR. A análise de dados foi realizada à luz da análise de conteúdo buscando mapear as compreensões dos professores, estabelecendo relações entre pesquisas já realizadas e o contexto escolar. Entre os resultados, nota-se que a formação de professores, inicial e continuada, é escassa favorecendo que o tema permaneça como tabu, muito embora se reconheça sua importância para a preservação e acolhimento da infância.

**Palavras-chave:** Educação Sexual; Sexualidade; Infância; Anos Iniciais.

#### **ABSTRACT**

Sexuality education is still a taboo today. We consider that discussing gender and sexuality in the early years of Elementary School not only teaches children about their own bodies, how to protect themselves from possible sexual abuse or how to maintain proper hygiene, but also provides education for respect and democracy, with a global perspective on individuals. The aim of this research is to characterize and analyze the understandings of a group of teachers from the early years of a municipal school about discussions of sexuality and gender in childcare, in order to identify the possible factors that influence or do not influence the discussion

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: maria.luisa.borges@uel.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-6459-4848>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp/Bauru). Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: marianavpz@uel.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2912-9436>.

of this topic in the classroom. The qualitative research proposed a semi-structured questionnaire sent to a school located in the southern region of Londrina/PR. Data analysis was conducted using content analysis to map teachers' understandings, establishing relationships between previous research and the school context. Among the results, it is noted that teacher training, initial and ongoing, is scarce, favoring the subject to remain as a taboo, despite its importance for the preservation and upbringing of children.

**Keywords:** Sex Education; Sexuality; Infancy; Early Years.

## INTRODUÇÃO

A educação para as sexualidades nas escolas de ensino básico no Brasil ainda é um desafio. Embora seja de extrema relevância não só para que as crianças aprendam noções de higiene e saúde corporal, mas também para que se promovam o respeito, a equidade, e a oferta de projetos na escola que tenham como princípio o desenvolvimento integral dessas crianças e o acolhimento da infância.

Cabe destacar que, o conceito de “educação para as sexualidades” é um termo escolhido para se referir a uma educação que contemple discutir e abordar um ensino que trabalhe o corpo tanto numa visão biológica, quanto política e social, entendendo a relação dos corpos com o comportamento e reconhecendo que a sexualidade é plural. Conforme Varela e Ribeiro (2017, p. 22) apontam, “é fundamental propormos práticas que permitam que os sujeitos se constituam livres e responsáveis para a vivência plena de sua sexualidade”.

Segundo Gama, Anastácio e Miranda (2020, p. 131):

Todos os gêneros são construídos nas relações sociais, isto é, em uma construção histórica e incessante. As transformações e mudanças em relação ao que se entende como comportamentos específicos de cada gênero podem acontecer ao longo da vida dos sujeitos e da sociedade, das décadas e séculos.

No entanto, o tema ainda é um grande tabu<sup>3</sup>, pois os professores acreditam que este assunto precisa ser tratado dentro de casa, com os pais (NEGRÃO; SANTOS, 2020, p. 179), como se a família fosse sempre sinônimo de “segurança” quando se fala sobre a educação de crianças. Pesquisas indicam que nem todo lar se constitui em um ambiente saudável para a infância: o maior índice de abuso infantil acontece dentro da casa das próprias crianças. Em 8 a cada 10 casos, os abusadores são conhecidos da vítima e os abusos ocorrem no seio familiar, sendo os próprios parentes os responsáveis pelo crime (FBSP, 2022, p. 249).

---

<sup>3</sup> Assunto sobre o qual não se pode falar devido aos valores sociais ou culturais (MICHAELIS, 2023, online).

Na busca pela superação deste cenário, reconhecendo a escola como espaço de formação e acolhimento da infância e para que a sexualidade seja trabalhada de forma integral, seria preciso que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – enquanto currículo oficial federal que estabelece parâmetros para a produção dos currículos estaduais e municipais em todo o país – trouxesse orientações mais específicas para este trabalho, respaldando o(a) professor(a) em sua prática docente. No entanto, após muitos embates públicos envolvendo questões políticas e pautas de costume, a temática foi retirada das discussões do ensino de Ciências dos anos iniciais e de todas as disciplinas. De acordo com Desidério (2020, p. 110) a sexualidade é trazida no documento apenas nos anos finais do Ensino Fundamental, mas não com a devida importância que precisaria, refletindo assim um conservadorismo arraigado na sociedade, deixando a cargo do professor a possibilidade de ampliar ou não as discussões para além de percepções vinculadas apenas ao biológico, isentando-se, assim, de tocar em questões sociais.

Considerando que a discussão sobre gênero e sexualidade foi retirada de um documento que é base para todas as instituições de ensino e que poderia apontar diretrizes de trabalho para este tema na escola, apresentamos a seguinte questão: quais são as compreensões que os professores possuem sobre os temas gênero e sexualidade? E em que medida essas compreensões podem influenciar na maneira como eles abordam esses temas, caso eles surjam, em sala de aula com as crianças?

Pensando em contribuir para essas reflexões, o objetivo da presente pesquisa é caracterizar e analisar as compreensões de um grupo de professores dos anos iniciais de uma escola municipal sobre as discussões de sexualidade e gênero no acolhimento da infância, tendo em vista identificar quais são os possíveis fatores que influenciam ou não a discussão deste tema em sala de aula.

Para contribuir com a análise da realidade, buscamos artigos científicos que fundamentam a importância da pesquisa sobre sexualidade e gênero nos anos iniciais e elaboramos um questionário semiestruturado, respondido pelos professores da rede municipal de ensino de Londrina/PR, com objetivo de: mapear a compreensão desses professores sobre as questões de gênero e sexualidade na infância; caracterizar as múltiplas

visões sobre essas questões; e localizar possíveis necessidades formativas e temáticas a serem pautadas para a ampliação da compreensão sobre o tema.

## **GÊNERO E SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Segundo a 16ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022, p. 186), o Brasil teve um registro de 66.020 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável. Os números monitorados pelo FBSP indicam que a maioria dos crimes é cometido contra pessoas vulneráveis, ou seja, crianças menores de 14 anos ou adultas incapazes de consentir. Ainda de acordo com o Anuário, as mulheres representam 88,2% das vítimas e o sexo masculino são majoritariamente, crianças.

Estes dados nos fazem refletir sobre a negligência da sociedade e a falha na proteção destas crianças, de sua integridade física e moral, somando-se a falta de fiscalização e identificação de casos de abuso infantil, bem como a ausência da discussão sobre educação para a sexualidade nas escolas de todo o Brasil. Acrescentam-se, ainda, a esses fatores a carência de políticas públicas efetivas que não só punam os criminosos, mas que também promovam debates sobre o tema em toda a sociedade.

De acordo com Negrão e Santos (2020), a justificativa que se dá para não trabalhar a educação sexual nas escolas é de que este assunto deva ser tratado pelos pais, dentro da casa da criança. Nesse sentido, evidenciam que “a sexualidade é um dos temas que os docentes evitam mencionar, com a justificativa de ser assunto para ser tratado dentro de casa com os pais, sem preocupar-se com as diversas configurações familiares da contemporaneidade.” (NEGRÃO; SANTOS, 2020, p. 179)

Mas tal argumento não se sustenta quando observados os dados: a maioria dos casos de abuso sexual contra crianças, segundo o FBSP (2022, p. 191), “é, marcadamente, uma violência perpetrada contra crianças e no início da adolescência, e os abusadores são pessoas conhecidas e de confiança das vítimas, uma violência que ocorre no seio familiar e cujos autores são parentes.” Neste cenário, não há como não falar de sexualidade dentro das escolas, pois é algo que não se separa do indivíduo e, de acordo com as entrevistadas de Negrão e Santos (2020, p. 192), o primeiro contato com este tema é justamente dentro da instituição escolar, já que o assunto é um tabu dentro das famílias.

Segundo Vázquez (1996, p. 156) nós escolhemos quais atos são morais ou não de acordo com nossa preferência, e ao fazê-lo, também nos limitamos. Ou seja, quando um educador em fase de formação traz com ele uma bagagem preconceituosa, conservadora, pode levar esta postura para a sala de aula, utilizando de seus valores para fins de julgamento dos atos das crianças, reverberando na escola um lugar que não somente reproduz concepções de sexualidade e gênero falaciosas, como contribui para as desigualdades de gênero.

Neste sentido, a BNCC, cujo documento de caráter normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais na Educação Básica e no qual as instituições se fundamentam para organizar seus currículos, não sinaliza orientações sobre o ensino da educação para a sexualidade em nenhuma etapa da modalidade, muito menos da “ideologia de gênero”, que, segundo Reis e Eggert (2017) é um conceito que vem sendo utilizado por pessoas mais conservadores e até mesmo religiosas, disseminando informações incorretas de forma a impedir a equidade entre os gêneros e fazer prevalecer concepções pessoais:

No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e subsequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, reiterando os posicionamentos de autores como Scala, afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero. (REIS; EGGERT, 2017, p. 17)

De acordo com Junqueira (2017), o sintagma “ideologia de gênero” foi uma invenção da religião católica, e aparece pela primeira vez dentro de um documento da Cúria Romana, pelo Conselho Pontifício para a Família em 1990. A intenção era “conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero” (JUNQUEIRA, 2017, p. 26). Essa disseminação acerca de um tema tão relevante se presta a promover a violência e a ridicularização de políticas sociais e pedagógicas que contrariem os interesses destes grupos que se colocam defensores de valores morais da família e religiosos.

Olhando para este cenário em que se colocam valores morais religiosos à frente da educação e pensando como o tema é trabalhado dentro da sala de aula, foi pesquisada a palavra sexualidade dentro da BNCC e ela aparece apenas na etapa do Ensino Fundamental, na área de Ciências da Natureza:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (BRASIL, 2017, p. 327)

Ou seja, o assunto será abordado com foco na reprodução humana, nas infecções sexualmente transmissíveis (IST), e não abordará as diversidades de gênero e orientação sexual. Entretanto, segundo Negrão e Santos (2020, p. 182):

A nona competência incentiva o exercício da empatia, cooperação e do diálogo, objetivando o respeito ao outro e ainda aos direitos humanos por meio do acolhimento e da valorização da diversidade sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017). Pontua-se que o termo “sem preconceitos de qualquer natureza” dificulta o processo jurídico de casos de violência, seja física, psíquica, social ou qualquer outra que se esconda por detrás do preconceito público ou velado. Em linhas gerais, estudiosos e críticos da construção da BNCC sugerem que o ideal seria constar por escrito que tipos de preconceitos são condenados no documento, uma vez que facilitaria a abordagem coercitiva dentro e fora das escolas.

Embora seja notável a relevância da BNCC em colocar este incentivo ao respeito e aos direitos humanos, valorização da diversidade para que não compactue com preconceitos de qualquer natureza, o mesmo documento não especifica quais são esses preconceitos que devem ser combatidos, dificultando a ação docente principalmente no que tange ao tema desta pesquisa. Discutir gênero e sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental pressupõe o trabalho com as crianças não apenas para ensinar sobre seus próprios corpos ou nomear corretamente as partes do corpo, mas também para a proteção de possíveis abusos sexuais: os professores devem procurar responder pontualmente o que for perguntado, pois os questionamentos não sanados na escola, indiretamente, podem levar a criança a procurar outros meios de encontrar respostas, podendo inclusive colocá-las em uma situação de risco. Assim como é importante falar sobre como higienizar-se corretamente, é necessário colaborar para a construção de sujeitos que não corroborem falas preconceituosas, promovendo o respeito ao outro:

Ao olharmos para a história, é possível perceber na contemporaneidade, a partir de alguns elementos, dentre eles as políticas públicas, programas e ações governamentais em diferentes esferas [...] a emergência de um cenário de discussões acerca da sexualidade em instituições educacionais. (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018, p. 6)

De acordo com Galinkin e Bertoni (2014, p. 23), o gênero é um conceito normatizador de toda a vida humana, organizando de forma concreta e simbólica a vida social dos sujeitos, bem como modela as formas de aprendizagem e papéis de gênero desempenhados na família, na escola ou na igreja. Ou seja, dentro destas instituições são aprendidas e ensinadas formas de se comportar de acordo com o gênero e com certos conceitos estabelecidos, sejam eles preconceituosos ou não.

Sendo assim, Prado e Anselmo (2019, p. 15) apontam esta reflexão sobre como as feminilidades e masculinidades, ou seja, como o gênero da(o) docente é considerado em práticas pedagógicas nas escolas e nas brincadeiras, por exemplo. Os professores são vistos como figuras mais divertidas, que conseguem correr mais, pular, subir em árvores enquanto as professoras são vistas como mais aptas aos cuidados, ao afeto, impactando não somente na vida das crianças, mas também nas próprias vidas dos profissionais da educação, pois eles se baseiam muito em suas memórias para o planejamento de suas práticas.

Segundo as autoras, é importante romper com as barreiras sexistas e machistas para uma educação de qualidade e de respeito, pois quando as crianças são vistas como crianças e não como definidas por meninas ou meninos, elas aprendem a não ver primeiro isso nas outras pessoas, visando um futuro de respeito entre as diferenças:

[...] é fundamental que o corpo docente e toda a comunidade escolar sejam preparados para promover essas mudanças, uma vez que são cidadãos e cidadãs de uma sociedade que têm valores e crenças que reforçam a discriminação daqueles considerados diferentes. (GALINKIN; BERTONI, 2014, p. 38)

Por todos os motivos aqui apontados, as aulas e o ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental deveriam ser reconhecidos como espaços legítimos para discussões mais amplas sobre gênero e sexualidade. Contudo, é possível reconhecer que os desafios permanecem também nesses espaços.

## **GÊNERO, SEXUALIDADE E O ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS**

Quando pensamos sobre o gênero e sexualidade como conteúdos para a escola, é comum vinculá-los ao ensino de Ciências como espaço profícuo para tematizar essas questões, muito embora elas tenham vocação para serem também interdisciplinares.

Pereira e Monteiro (2015) empreenderam uma revisão sistemática da literatura nos principais periódicos da Área de Ensino da Capes e na base de dados Scielo, publicados entre 2006 e 2011, e selecionaram 112 artigos com o intuito de realizar uma análise da produção científica sobre Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil. Após a análise, os resultados apontam a relevância do ensino e pesquisa sobre ambas as temáticas em nosso país, destacando que:

as pesquisas descrevem e analisam cursos de capacitação para professores/as, políticas públicas, revisão da produção acadêmica, percepções de professores/as e alunos/as e as relações de gênero na educação [...] análises confirmam as dificuldades por parte dos/as professores/as em abordar os temas, haja vista a falta de preparo durante a Graduação [...] dentre as sugestões apresentadas para o trabalho em sala de aula, destacam-se a abordagem do tema em todos os níveis de ensino com linguagem e conteúdos adequados à faixa etária a qual se destina [...] a diversidade de modelos familiares e a valorização dos sentimentos amorosos que unem as pessoas, independente da orientação sexual, são temas inovadores que podem auxiliar na dissociação da homossexualidade com estereótipos [...] novos arranjos familiares, os altos índices de separação e divórcio fazem com que várias famílias sejam re combinadas [...] crítica à família tradicional ao reconhecer que a igualdade e a educação das mulheres, incompatíveis com a família tradicional, são a força promotora da democracia e do desenvolvimento, compreendendo que o bom relacionamento é o que reflete valores democráticos, ou seja, que se estabelece entre iguais, isento de poder arbitrário, coerção e violência, incluindo a igualdade de direitos e responsabilidades [...] sobre o conceito de sexualidade, a maioria das pesquisas adota uma perspectiva predominantemente sociocultural, que inclui uma discussão para além de questões biológicas, o que seria mais um item a favor da interdisciplinaridade entre as Ciências biológicas e sociais [...] interesse crescente de estudos e publicações sobre as temáticas gênero e sexualidade nas mais variadas áreas do conhecimento e a importância da inclusão dos estudos de gênero e sexualidade nos cursos de formação docente. (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p. 137-140)

Especificamente sobre o último item apontado nos dados de Pereira e Monteiro (a importância da inclusão dos estudos de gênero e sexualidade nos cursos de formação docente), é possível destacar que a formação docente, seja ela inicial ou continuada, implica em conhecer e manejar o currículo vigente para a preparação das aulas, Planos de Ensino e demais ações empreendidas na escola. Contudo, na BNCC, a temática da sexualidade não está inserida dentro dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O documento enfatiza que só será abordado nos anos finais, pois a coloca vinculada à reprodução humana e que é tão relevante quanto assuntos relacionados ao saneamento básico, qualidade do ar e nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2017, p. 235).



Além dessa citação, a palavra *sexualidade* aparece somente mais uma vez, no 8º ano, na unidade temática “Vida e Evolução”, na habilidade:

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da **sexualidade** humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (BRASIL, 2017, p. 349, grifo nosso)

Podemos inferir que essa temática não é vista como assunto importante para ser trabalhado desde os anos iniciais, mesmo que dentro da disciplina de Ciências. Ainda se fazem necessárias algumas críticas adicionais: a maneira como a gravidez está colocada no documento, apontando-a como indesejada; o termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) presente no currículo e que não é o mais adequado, pois não há mais a compreensão de que “se pega uma doença” pelo contato sexual, e sim um vírus, fungos e bactérias, que são seus transmissores, uma vez que, mesmo uma pessoa contaminada com o vírus do HIV, por exemplo, recebendo o tratamento adequado, pode não desenvolver a doença (AIDS).

Desidério (2020, p. 104) faz uma análise, a partir da BNCC sobre a exclusão da sexualidade nos anos iniciais e mostra, através de um quadro, como os temas contemporâneos foram se modificando:

**Quadro 1:** Modificação dos temas nas diferentes versões da BNCC segundo Desidério (2020).

PRIMEIRA VERSÃO	SEGUNDA VERSÃO	TERCEIRA VERSÃO	QUARTA VERSÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consumo e educação financeira;</li> <li>- Ética, direitos humanos e cidadania;</li> <li>- Sustentabilidade;</li> <li>- Tecnologias digitais;</li> <li>- Culturas africanas e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Economia, educação financeira e sustentabilidade;</li> <li>- Culturas indígenas e africanas;</li> <li>- Culturas digitais;</li> <li>- Direitos humanos e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Direitos das crianças e adolescentes;</li> <li>- Educação para o trânsito;</li> <li>- Preservação do meio ambiente;</li> <li>- Educação alimentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Direitos da criança e do adolescente;</li> <li>- Educação para o trânsito;</li> <li>- Educação ambiental;</li> <li>- Educação alimentar e nutricional;</li> </ul>

indígenas.	cidadania; - Educação ambiental.	e nutricional; - Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; - Educação em direitos humanos; - Saúde e <b>sexualidade</b> ; - Vida familiar e social; - Educação para o consumo; - Educação financeira e fiscal; - Trabalho, ciência e tecnologia; - Diversidade cultural.	- Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; - Educação em direitos humanos; - Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; - Saúde, vida familiar e social; - Educação para o consumo; - Educação financeira e fiscal; - Trabalho, ciência e tecnologia; - Diversidade cultural.
------------	-------------------------------------	---	---

Fonte: DESIDÉRIO (2020, p. 104).

Ainda de acordo com o autor, a sexualidade foi retirada do documento quando este foi apresentado à “bancada religiosa”, que foi responsável pela retirada da temática da BNCC. “No entanto, não fora só com a palavra sexualidade, mas todas as palavras que compõem discussões necessárias da área, tais como gênero, orientação sexual e identidade de gênero.” (DESIDÉRIO, 2020, p. 104).

Como uma alternativa para a abordagem dos temas em sala de aula, o professor pode utilizar temas contemporâneos, dentro do ensino de Ciências, para falar sobre gêneros e sexualidade. Por exemplo, no tema “diversidade cultural”, pode-se explorar os diferentes tipos de atividades que os homens e mulheres desempenham em diferentes culturas, questionando os papéis de gênero, e se cada atividade tem relação com o sexo biológico dos indivíduos, por exemplo. Ou seja, o professor ou professora não sairá do tema proposto na BNCC e ainda proporcionará aos estudantes uma visão ampliada sobre o assunto, estimulando o pensamento crítico dos sujeitos:

Em sua dimensão política, devemos assumir nosso compromisso quanto à participação ativa frente à luta na construção de uma Educação Sexual emancipada. Mesmo frente a tantos obstáculos, precisamos ser resistência e acreditar que esse trabalho é fundamental para nossas crianças. (DESIDÉRIO, 2020, p. 111)

Assim, se faz necessário que tenhamos consciência da relevância das discussões acerca de gênero e sexualidade ainda nos anos iniciais, evidenciando a formação de sujeitos críticos diante da realidade, sem que haja segregação e exclusão do outro, entendendo que a diversidade precisa ser respeitada. E é papel do ensino de Ciências também promover discussões sobre os conteúdos imersos nas dinâmicas sociais, pois como destacam Lima e Maués (2006, p. 196) sobre a prática docente em Ciências nos anos iniciais:

A investigação ou problematização do mundo não se restringem ao que pode ser experimentado e comprovado empiricamente. Investigação não se restringe à experimentação. Trata-se muito mais de uma atitude e de um modo de arguir o mundo. Isso é próprio da ciência e dos cientistas, o que aproxima as pessoas de um outro modo de pensar e de explicar para além das crenças e dogmas. Daí a importância das professoras perceberem a necessidade de se introduzir atividades investigativas no plano social da sala de aula. Reconhecerem a importância do desenvolvimento de procedimentos relacionados à inventividade científica, à emissão de hipóteses e a interpretação dos resultados, à argumentação lógico-abstrata e à comunicação de ideias, bem como de se fortalecer as atitudes de dúvida, tolerância, colaboração, comunicação das ideias etc.

Reconhecemos que avançar nessas discussões na escola e em sala de aula não depende apenas do currículo: ele é sim elemento essencial, pois legitima o direito a abordagens temáticas e de conteúdos na escola, mas também a formação docente, inicial ou continuada, é fator relevante nesse cenário, e são essas implicações que discutiremos a seguir.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Esta pesquisa possui caráter qualitativo, que segundo Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE; ANDRÉ, 2022, p. 12) “envolve a obtenção de dados descritivos [...] enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Pretendemos analisar as compreensões dos professores dos anos iniciais da rede municipal de ensino a respeito da temática gênero e sexualidade e, para o embasamento teórico, a primeira etapa da pesquisa buscou discussões recentes na literatura que a fundamentam, pois, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Para a realização desta pesquisa o projeto foi submetido ao Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil, passando por todas as etapas de avaliação para pesquisa com seres humanos e foi aprovada pelo número CAAE: 58640322.5.0000.5231. Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário semiestruturado com o objetivo de entender quais são as compreensões, questionamentos e crenças de professores dos anos iniciais sobre o tema da pesquisa de uma escola pública, localizada na região sul do município de Londrina/PR.

Justifica-se a escolha da escola pelo fato de que uma das autoras deste artigo já realizava estágio supervisionado obrigatório na instituição de ensino e possuía trânsito frequente na comunidade escolar, o que contribuiu para a realização da pesquisa.

Sobre o uso do questionário como recurso para coleta de dados, Marconi e Lakatos (2003, p. 201), destacam que este possui algumas vantagens, como a economia de tempo para a realização da pesquisa e a liberdade para responder às questões, pois são perguntas anônimas e, portanto, não tendem a gerar distorção das respostas já que o pesquisador não está presente. Este questionário semiestruturado contou com perguntas abertas e de opinião, entregues para professoras que atuam nos anos iniciais para que fosse possível compreender quem são e como entendem o processo de ensino sobre gênero e sexualidade nos anos iniciais. Foram disponibilizadas 15 (quinze) cópias do questionário e apenas 6 (seis) foram respondidos.

A análise dos dados foi realizada à luz da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016, p. 202) por meio da análise categorial que permitiu a criação de categorias de análise a partir das respostas dadas aos questionários e possibilitou uma “passagem dos dados brutos a dados organizados” (Ibid, p. 149) para melhor compreensão e socialização da temática estudada.

Segundo Bardin (2016, p. 15) a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Essa escolha metodológica para analisar as respostas do questionário permite um desvendar crítico acerca das informações, buscando compreender o que está nas entrelinhas do que foi dito.

A partir do exame das respostas, foram elencadas três categorias de análise de conteúdo, sendo elas: a) Ausência formativa inicial e continuada; b) Os tabus que envolvem o tema; c) Educação para as sexualidades como proteção da infância.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As participantes da pesquisa possuem entre 28 e 60 anos, atuam como professoras auxiliares e regentes dos anos iniciais e nenhuma teve formação inicial ou continuada para trabalhar gênero e sexualidade. Analisamos os dados apresentados por seis professoras (aqui nomeadas de P1 a P6 para preservar o anonimato) que aceitaram participar da pesquisa formalizando seu aceite por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para facilitar a compreensão dos dados, retomamos abaixo as três categorias que emergiram da análise de conteúdo: a) Ausência formativa inicial e continuada; b) Os tabus que envolvem o tema; c) Educação para as sexualidades como proteção da infância.

### a) *Ausência formativa inicial e continuada*

Todas as professoras que responderam ao questionário (P1, P2, P3, P4, P5 e P6) alegaram que não tiveram formação inicial ou continuada para trabalhar gênero e sexualidade e metade delas afirmou buscar informações sobre o assunto. Segundo a professora P5:

No período da faculdade não e também não fiz nenhuma formação, eu mesma fui atrás de literaturas e professores para aprender a falar sobre o assunto.

Segundo Libâneo e Pimenta (1999) o professor é um profissional que ajuda no desenvolvimento pessoal, social e cultural do aluno, propiciando condições adequadas para tal. E isso só se dá se o professor também, em sua formação, tiver vivenciado experiências de formação que

desenvolvam conhecimentos e habilidades, competências, atitudes e valores que possibilitem aos professores ir construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (LIBÂNEO e PIMENTA, 1999, p. 261-262)

Assim, cria-se no espaço escolar, um lugar de pertencimento, em que os professores se reconheçam e reconheçam seu papel nos processos pedagógicos, havendo um acolhimento e entendimento às dores do outro, além do pluralismo de ideias e respeito à diversidade (MAÍSTRO; TSUZIKI; VITOR, 2021, p. 96). Entretanto, esses autores apontam que desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em

1996, passando pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e mais recentemente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pouca ênfase foi dada aos temas de gênero e sexualidade, fazendo com que os currículos dos cursos de licenciatura das instituições de ensino tenham limitações e/ou sejam omissos quanto a este assunto. Podemos, infelizmente, afirmar esta análise, quando a P2 destaca:

Nunca tive esse tipo de formação e acredito que todas as professoras apresentam dificuldades e receios de trabalhar com essa temática.

A professora P4 traz consigo uma preocupação adicional: o “como fazer” para explorar esses temas:

Não tive, acredito que afeta significativamente na falta de conhecimentos metodológicos.

A lacuna de conhecimentos metodológicos é resultante da não formação destas professoras e, como apontam Maistro, Tsuzuki e Vitor (2021, p. 99), a autonomia que as instituições de Ensino Superior possuem fez com que a temática da sexualidade pudesse não ser escolhida dentro dos currículos de licenciatura, mesmo sendo um tema contemporâneo de debate em nossa sociedade.

Todas as professoras (P1 a P6) relatam não ter formação inicial ou continuada para trabalhar com os alunos sobre gênero e sexualidade, portanto afirmam que não possuem repertório para sua ação pedagógica e não se sentem seguras sobre como proceder caso algum aluno traga dúvidas para a sala de aula.

Essas afirmações revelam a necessidade das instituições de Ensino Superior reconhecerem a relevância do tema na formação inicial e continuada de professores e que tenham um olhar atencioso para tratar dos temas sobre gênero e sexualidade na promoção de situações formativas, pois mesmo que os documentos oficiais para a educação não tratem do assunto como deveriam, ainda existem caminhos e possibilidades a serem trilhados para uma formação de novas gerações (de professores e estudantes) menos preconceituosas e mais acolhedoras na diversidade.

#### *b) Os tabus que envolvem o tema*

Com exceção de P3, todas as professoras apresentaram no questionário tabus em relação a trabalhar sobre gênero e sexualidade dentro da sala de aula. Quando perguntado

sobre a relevância do tema para ser abordado no ensino de Ciências nos anos iniciais, P1 reporta:

Nos dias atuais este tema está muito complexo, ainda mais pela sociedade em que vivemos. Mas é um tema que tem que ser abordado de uma forma geral, sem dar muitas especificidades a cada detalhe. Pois pode gerar conflitos (às vezes com os pais, da maneira que chega a informação aos filhos).

Já a professora P4, sobre a mesma questão acima mencionada, não é a favor da abordagem sobre gênero:

Sim, o da sexualidade até em maior proporção já que as crianças têm pouco conhecimento. Gênero já acredito que a comunidade escolar não está preparada para abordar. Não sou a favor.

A P2 acredita que este tema só pode ser abordado com crianças que estão matriculadas no 4º e 5º ano dos anos iniciais:

Para os 4º e 5º anos sim, pois a criança já apresenta maior maturidade para abordar esse tema.

Outra resposta sobre a mesma questão, da professora P6, aponta para a influência que este tema pode causar sobre as crianças:

Depende, gênero se for trabalhado como estão trazendo, acredito que pode confundir e influenciar crianças e jovens.

Segundo Junqueira (2017, p. 43-44) este tabu é decorrente de preconceitos relacionados à tradição cristã, à moral e aos bons costumes. Acredita-se que a educação sexual pode influenciar as crianças e essa crença vai contra a tradição da igreja, o que implicaria numa doutrinação do *gender* (heteronormativo) e na privação do direito à família tradicional.

Pensar sobre gênero vai além de feminino e masculino pois abrange questões como o respeito ao outro, a forma como nossa vida é condicionada ao gênero que nos é socialmente imposto, desde o nascimento, em consonância ao sexo biológico e como isso determina a forma como agimos, nos vestimos, falamos. Debater gênero é colocar em dúvida tais padrões, é questionar aqueles para quem não falar sobre esta temática seja socialmente favorável. E é interessante quando P4 afirma, a respeito da questão sobre o que se entende por gênero e sexualidade: “Gênero é classe – masculino/feminino, Sexualidade – são os órgãos/sentimentos”.

Gênero não diz respeito apenas ao masculino e ao feminino: é, também, como o sujeito se identifica, se entende. Para além dessa dicotomia, existem outras possibilidades, por exemplo entender-se como agênero, ou seja, um sujeito que não se identifica com o masculino e tampouco com o feminino. Assim, sua existência não é caracterizada por comportamentos socialmente esperados de cada um desses gêneros. “O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (LOURO, 1997, p. 27).

Em um cenário social tão amplo e diverso, é importante que o professor reconheça que suas crenças, princípios e valores não podem interferir na sala de aula, uma vez que o Estado não responde a uma doutrina religiosa e nem partidária. É direito do aluno uma educação que o prepare para a convivência em sociedade, em que suas convicções não prejudiquem a vida do outro, e que sinta que pode fazer parte de

[...] projetos que tenham como princípios norteadores a igualdade, a equidade, sem segregação e exclusão, o conhecimento sobre o que vem a ser o tratamento injusto quanto às características pessoais, raça, sexo, idade, credo religioso e o tráfico de pessoas, como condição para a prática e desenvolvimento integral dos direitos e cidadania responsável. (MAÍSTRO; TSUZUKI; VITOR, 2021, p. 109)

A educação para a sexualidade é vista como tabu dentro das instituições escolares e está presente nas falas das professoras quando questionadas sobre a relevância do tema para a sala de aula e também sobre o que se entende sobre gênero e sexualidade, mostrando que não compreendem os conceitos e como abordar o assunto com as crianças.

Pereira e Monteiro (2015), compartilhando resultado de uma revisão sistemática da literatura na pesquisa em ensino de Ciências sobre gênero e sexualidade no Brasil, ao analisarem 112 artigos encontrados, também apontam entre os resultados, a insegurança de muitos professores ao falarem sobre o tema:

entre professores/as do Ensino Fundamental e Médio, os trabalhos apontam insegurança em discutir o assunto, uma visão reducionista sobre a sexualidade, cuja ênfase são os agravos decorrentes da iniciação sexual, a dificuldade em discutir homofobia na escola e o desconhecimento de pesquisas que assinalam os fatores socioeconômicos e culturais associados à gravidez na adolescência. As diferenças de gênero na avaliação da aprendizagem ainda persistem, embora pesquisas tendam a discutir e elencar os estereótipos de gênero presentes em tais avaliações. (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p. 139)



Apesar desses desafios ainda presentes, consideramos que as professoras estão em constante aprendizado, sendo capazes de promover uma educação com menos desigualdades e mais democrática caso tenham as ferramentas formativas necessárias para avançar nessas compreensões. Desta forma, consideramos que a educação para a sexualidade é isso: um aprendizado que atravessa toda a vida escolar e não escolar dos sujeitos. Desta forma, não é assunto que deva acontecer apenas a partir de uma certa idade, e sim desde sempre, pois o respeito é base para a vida e a vida em sociedade.

*c) Educação para as sexualidades como proteção da infância*

Apesar do tema ser um tabu para a maioria das professoras, todas elas entendem a importância da discussão do tema para a proteção das crianças. Para P6:

Educação para as crianças se cuidarem, não permitirem que as toquem em determinadas partes do corpo, saber que tocar nelas é errado e elas contarem para alguém e elas saiam desta situação de abuso.

A professora P5 também demonstra a mesma compreensão ao ser perguntada sobre o que entende a respeito de educação para sexualidade:

Eu entendo pouco, entendo que essas crianças precisam aprender sobre seu corpo, não somente na parte da higiene, mas também na parte de cuidado, funcionamento e respeito com o corpo.

Discutir sobre gênero e sexualidade é crucial na formação destes alunos, pois, segundo Ávila (2017, p. 104) “[...] diferentes pessoas conviveram e convivem com situações extremas de violência, direta ou indiretamente”. E essa violência pode ser combatida dentro das escolas, lugar no qual se tem acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, ao capital cultural. A autora também aponta sobre a importância de discutir gênero nas escolas, pois a violência de gênero acontece principalmente com pessoas que se identificam com o gênero feminino, e sobre refletir quanto aos motivos que levam a violência a acontecer, para que as pessoas possam exercer sua cidadania e ter seus direitos alcançados e respeitados (ÁVILA, 2017, p. 114).

Assim, é interessante identificar este dualismo na fala dessas professoras, pelo fato de, apesar de marcadas por tabus, compreenderem a necessidade de falar sobre o tema, desde que seja voltado ao acolhimento da criança, ao cuidado com o corpo e à proteção. Desta forma, entendemos que as docentes só conseguirão propor estratégias pedagógicas se

romperem com as suas concepções pautadas no moralismo, fazendo com que a escola não seja um lugar que reproduz as desigualdades sociais, de gênero e de raça, mas um lugar que quebre essa “tradição”, em busca da formação de pessoas críticas e que sejam capazes de intervir de maneira racional, quando necessário, em situações de violência dentro e fora da escola.

## CONCLUSÃO

A escola é um lugar no qual as crianças não só têm acesso aos conhecimentos já produzidos pela humanidade, mas é também um ambiente em que as relações sociais acontecem e são construídas. Entretanto, ainda que com um cenário alarmante, a justificativa que os professores dão, quando questionados sobre o porquê não trabalhar gênero e sexualidade na escola, corrobora o que a literatura já sinaliza: é um assunto de foro privado e deve ser tratado em casa, pela família.

As professoras e professores não tratam do tema, muitas vezes, pois não têm formação acadêmica para tal, e não sabem o significado do conceito gênero, o que ficou evidente nos questionários respondidos. Todas as professoras alegaram não ter formação, tanto inicial quanto continuada, e uma minoria disse ter procurado sobre o tema. Entretanto, todas mostraram entender, quando mencionadas, a preservação da infância e a prevenção de abusos, como sendo fatores essenciais para começar a abordar os temas em sala de aula.

Sendo assim, é preciso reconhecer a demanda e a necessidade de uma formação continuada das professoras e professores em relação aos temas de gênero e sexualidade, que desmistifique concepções do senso comum e que ofereça o suporte legislativo e pedagógico para que os educadores se sintam seguros para explorar as nuances deste debate tão importante ao longo da escolaridade.

Por fim, vale destacar a dificuldade enfrentada quanto à ida a campo para realizar a coleta de dados. Acreditamos que o tema é alvo de muitos tabus e, sendo assim, as pesquisas sobre ele também sofrem dificuldades quanto a aprovação de trabalhos a fim de se estudar como é a relação entre o que se diz e o que acontece dentro das escolas. E o retorno em termos de participantes (reduzido) e de respostas (breves) dão sinais de que muito trabalho ainda precisa ser feito para a superação de preconceitos.

Portanto destacamos a importância da pesquisa da educação para as sexualidades dentro da escola, e que aconteça, de fato, no cotidiano escolar: uma educação que atravesse a visão de que apenas se pode falar sobre higiene e ISTs, mas que vá além, que busque um olhar global do sujeito, que entenda seus aspectos sociais, culturais, econômicos e que promova o respeito, o pensamento crítico e acolhedor para a infância e suas necessidades.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Dárcia Amaro. #Estupro não é culpa da vítima: notas sobre a violência de gênero e a cultura do estupro. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 103-118. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255837/mod\\_resource/content/1/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255837/mod_resource/content/1/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf) Acesso em: 08 mai. 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 08 mai. 2023.

DESIDÉRIO, Ricardo. A exclusão da temática sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na BNCC e seus reflexos para o ensino de ciências. *Horizontes*. Dourados, v. 8, n. 15, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/12282>. Acesso em: 08 mai. 2023.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GALINKIN, Ana Lúcia; BERTONI, Luci Mara. Gênero e educação: um caminho para a igualdade. *Em Aberto*. Brasília, v. 27, n. 92, p. 21-42, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2502>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GAMA, Rafaela Cordeiro; ANASTÁCIO, Zélia Ferreira Caçador; MIRANDA, Meiri Aparecida Gurgel de Campos. Questões de sexualidade e gênero no 1.º ciclo do ensino básico: legitimidade, modalidade e temas. *Contexto & Educação*, v. 37, n. 117, p. 128–139,

2022. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12890>. Acesso em: 08 mai. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: A promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates Contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255837/mod\\_resource/content/1/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255837/mod_resource/content/1/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf). Acesso em: 08 mai. 2023.

LIBÂNIO, José Carlos, PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação & Sociedade*, ano 20, n.68, dez. 1999. p. 239-277. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>> Acesso em: 08 mai. 2023.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; MAUÉS, Ely. Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de ciências das crianças. *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 8, n. 2, p. 184-198, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epec/a/WwwHMh6ybkRw3SVv8cc6P3F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 mai. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. [Reimpr.] São Paulo: EPU, 2022.

MAÍSTRO, Virgínia Iara de Andrade; TSUZUKI, Felipe; VITOR, Matheus Ribeiro. Políticas educacionais e a formação docente: o que dizem os documentos oficiais sobre diversidade e sexualidade? *Ensino e pesquisa*, União da Vitória, v. 19, n. 2, ago. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/4206/2982>. Acesso em: 08 mai. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. (Online). São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=dNZnk>. Acesso em 08 mai. 2023.

NEGRÃO, Felipe da Costa; SANTOS, Marcio Gonçalves. Temas de gênero e sexualidade no ensino superior: a visão de acadêmicas de pedagogia de Manaus. *Perspectivas em*

*diálogo*. Naviraí, v. 7, n. 14, p. 176-198, jan./jun., 2020. Disponível em:  
<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9241>. Acesso em: 08 mai. 2023.

PEREIRA, Zilene Moreira; MONTEIRO, Simone. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: análise da produção científica. *Contexto & Educação*. v. 30, n. 95, p. 117-146, 2015. Disponível em:  
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acesso em: 08 mai. 2023.

PRADO, Patrícia Dias; ANSELMO, Viviane Soares. Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na educação infantil. *Pro-Posições*. Campinas, v. 30, e20170137, p. 1-21, 2019. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072019000100555&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100555&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 mai. 2023.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar., 2017. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt>. Acesso em: 08 mai. 2023.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa, MOTA, Maria Renata Alonso. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 44, e176870, 2018. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100316&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100316&script=sci_arttext). Acesso em: 08 mai. 2023.

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanaira Corpes (org.). *Debates Contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255837/mod\\_resource/content/1/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255837/mod_resource/content/1/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf). Acesso em: 08 mai. 2023.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

**Submetido em:** 15 de setembro de 2023.

**Aprovado em:** 02 de outubro de 2023.

**Publicado em:** 01 de janeiro de 2024.

Autora 1: Maria Luísa Borges Lima

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Durante a graduação, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de 2020 a 2022 e do Programa Residência Pedagógica (RP) de 2022 a 2023, tendo inclusive publicado um capítulo de livro como resultado de ambas as experiências. Atualmente é docente auxiliar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Londrina-PR.

E-mail: [maria.luisa.borges@uel.br](mailto:maria.luisa.borges@uel.br).

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-6459-4848>.

Brasil.

Autora 2: Mariana Vaitiekunas Pizarro

Doutora em Educação para a Ciência pelo Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência da Faculdade de Ciências da UNESP de Bauru e possui Mestrado pelo mesmo Programa. É graduada em Pedagogia pela mesma Universidade. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no Departamento de Educação (Centro de Educação, Comunicação e Artes - CECA) para o curso de Licenciatura em Pedagogia. Tem experiência na educação básica como docente efetiva dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede estadual de ensino de São Paulo por 7 anos. Seu foco de pesquisa está no ensino de Ciências para crianças, com ênfase em ensino-aprendizagem, alfabetização científica e formação de professores para o ensino de Ciências

E-mail: [marianavpz@uel.br](mailto:marianavpz@uel.br).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2912-9436>.

Brasil.